

## Artigo 29.º

[...]

1 — As empresas que venham a beneficiar dos incentivos previstos neste diploma, com excepção dos projectos referidos na alínea d) do n.º 4 do artigo 1.º, ficam sujeitas às seguintes obrigações:

- a) .....  
b) .....

- 2 — .....  
3 — .....

## Artigo 30.º

[...]

1 — Compete aos organismos e serviços do MIE, nomeadamente o IAPMEI, o LNETI, no âmbito das suas competências, e as entidades referidas no n.º 2 do artigo 16.º, quando por aqueles solicitado, fiscalizar e acompanhar a realização dos projectos de investimento.

- 2 — .....

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 17 de Janeiro de 1991. — *Aníbal António Cavaco Silva — Vasco Joaquim Rocha Vieira — Lino Dias Miguel — Luís Miguel Couceiro Pizarro Beza — Luís Francisco Valente de Oliveira — Arlindo Marques da Cunha — Luís Fernando Mira Amaral — José Albino da Silva Peneda.*

Promulgado em 19 de Abril de 1991.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 24 de Abril de 1991.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva.*

**Decreto-Lei n.º 180/91**

de 14 de Maio

Considerando o Regulamento de Segurança de Linhas Eléctricas de Alta Tensão, aprovado pelo Decreto n.º 46 847, de 27 de Janeiro de 1966, foi apenas objecto de revisões parciais através dos Decretos Regulamentares n.ºs 14/77 e 85/84, de 18 de Fevereiro e de 31 de Outubro, respectivamente;

Considerando que a evolução técnica entretanto verificada justifica a sua revisão global, de molde a ajustá-lo às novas realidades;

Considerando a necessidade de se estabelecer o enquadramento legal em que será aprovado o novo regulamento;

Foram ouvidos os órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira:

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º É revogado o Decreto n.º 46 847, de 27 de Janeiro de 1966, que aprovou o Regulamento de Segurança de Linhas Eléctricas de Alta Tensão.

Art. 2.º O novo Regulamento de Segurança de Linhas Eléctricas de Alta Tensão será aprovado mediante decreto regulamentar.

Art. 3.º A aplicação do regulamento referido no artigo anterior às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira é efectuada mediante diploma regional adequado.

Art. 4.º O disposto no artigo 1.º só produz efeitos a partir da data da entrada em vigor do regulamento previsto no artigo 2.º

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 28 de Março de 1991. — *Aníbal António Cavaco Silva — Vasco Joaquim Rocha Vieira — Lino Dias Miguel — Luís Fernando Mira Amaral — Joaquim Martins Ferreira do Amaral.*

Promulgado em 24 de Abril de 1991.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 29 de Abril de 1991.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva.*

**MINISTÉRIO DO EMPREGO E DA SEGURANÇA SOCIAL****Decreto-Lei n.º 181/91**

de 14 de Maio

Tem sido firme propósito do Governo apoiar e valorizar as iniciativas das instituições particulares de solidariedade social, por forma a incentivar a criação e o funcionamento de serviços e equipamentos de acção social a favor dos grupos sociais mais desfavorecidos, em especial os dirigidos a crianças e jovens, bem como às pessoas idosas e às pessoas com deficiência.

No domínio do apoio às crianças e jovens tem desempenhado relevantes actividades no distrito de Lisboa a Sociedade das Casas de Apoio à Infância de Lisboa (SCAIL), instituição com grandes tradições, anteriormente denominada Sociedade das Casas de Asilo da Infância Desvalida (SCAID), que funciona há mais de 150 anos.

Com efeito, esta instituição foi criada pelo rei D. Pedro IV em 8 de Maio de 1834 e os objectivos que se propunha prosseguir (apoio a crianças e jovens em situação mais vulnerável) têm sido cabalmente alcançados.

Actualmente, porém, face às realidades sociais existentes na área da cidade de Lisboa, determinadas por exigências de ordem sócio-económica, com significativas repercussões a nível também da população idosa, reconhece-se que a referida instituição poderá alargar o seu campo de acção social a outros estratos da população igualmente vulneráveis ou que se encontrem em situação de carência económica ou social.

Pode, por isso, a SCAIL desempenhar uma função social mais diversificada, mediante actividades dirigidas também às pessoas idosas, desde que lhe sejam proporcionados os meios que possibilitem a valorização do seu actual património susceptível de permitir a obtenção de maiores recursos financeiros.